

Jornal Pessoal

LÚCIO FLÁVIO PINTO

ANO XII • Nº 206 • 1ª QUINZENA DE MARÇO DE 1999 • R\$ 2,00

Pará sem energia

(PÁG. 7)

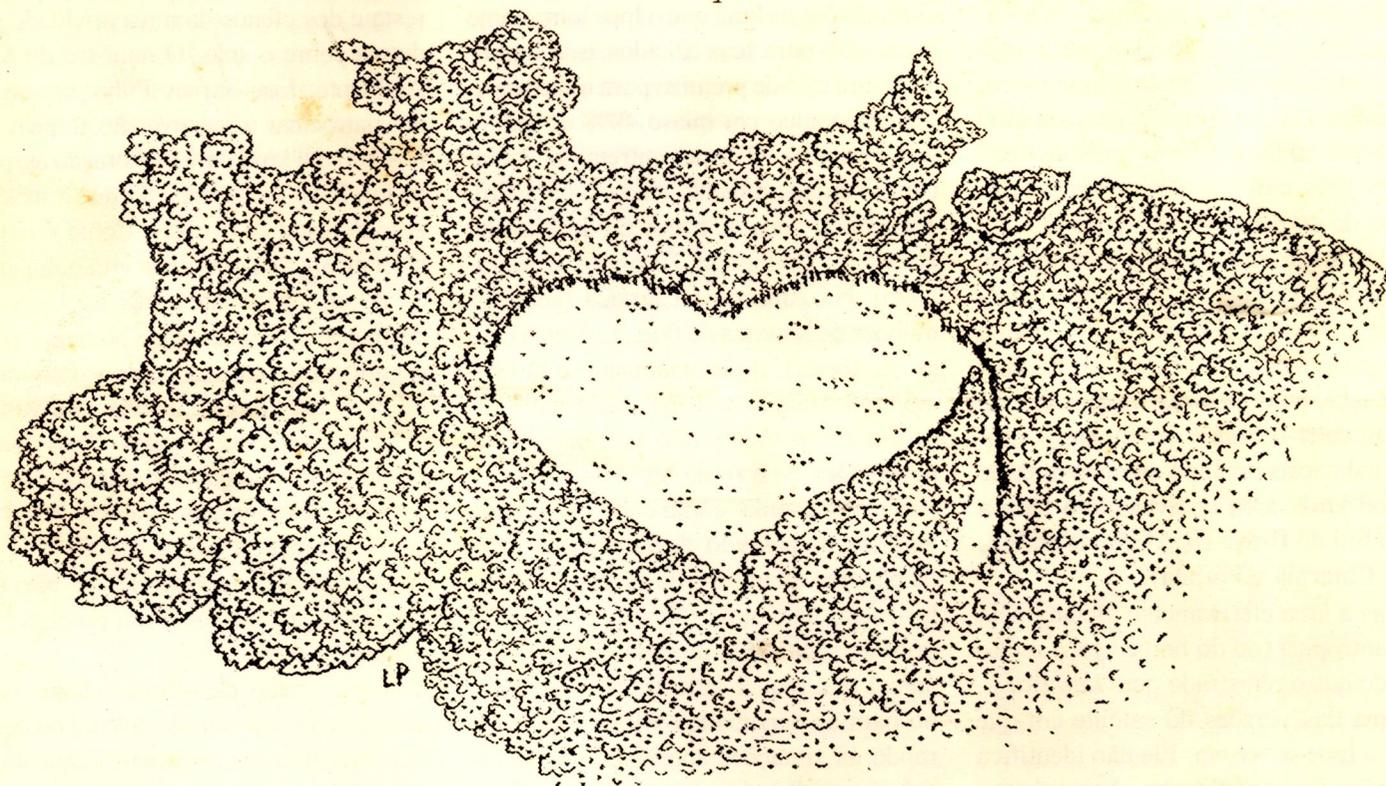
Museu vota em diretor

(PÁG. 4)

AMAZÔNIA

O paraíso perdido

O homem destruiu, em duas décadas na Amazônia, mais do dobro do que foi destruído em quase quatro séculos. O último relatório oficial, mostrando que o desmatamento no ano passado foi 27% maior do que o de 1997, provocou novo impacto. Mas irá impedir que uma devastação em pleno curso seja interrompida?



Desde que o primeiro ser humano destruiu a primeira árvore (no século 16, considerando-se a história da colonização europeia) até 1978, quando foi iniciado o que o governo assegura ser o melhor programa de monitoramento de floresta tropical do planeta, à base de imagens de satélite, a Amazônia perdeu 152 mil quilômetros quadrados de floresta.

De 1978 até o ano passado (em apenas 20 anos, portanto), o desmatamento na região pôs abaixo quase 400 mil km², duas vezes e meia a mais do que em quase quatro séculos. A área total até hoje desflorestada da Amazônia, de 550 mil

km² (do tamanho da França, território que abriga mais de 50 milhões de habitantes), dá ao Brasil o triste privilégio de ser o país que mais devastou vegetação em toda a história da humanidade.

A divulgação, no mês passado, do 22º relatório anual do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, de São José dos Campos, São Paulo) sobre o desmatamento na Amazônia, reaqueceu um tema sujeito às flutuações sazonais de interesse sobre a região. O Inpe mostrou que a curva do desflorestamento, em sentido descendente desde 1995, voltou a infletir para cima no ano passado, contra uma média sempre abaixo de 15.000 km² em

toda a década de 90. Houve um crescimento de 27% entre 1997 (13.227 km² desmatados) e 1998 (16.838 km²). Bastou para irromper uma ladainha de canto e contracanto, as recorrentes críticas das entidades ambientalistas contrapostas pelas medidas de urgência e impacto do governo, acrescidas de incisivas declarações de boa intenção.

Apesar dessa ópera, algumas vezes bufa, o problema é crescentemente sério, mesmo que seu agravamento não se tenha feito, nos anos 90, com a intensidade galopante registrada da segunda metade da década de 70 até os anos 80. Em 1975, primeiro ano de vigência do II PDA (Pla-▶

PMDB SERÁ MESMO OPOSIÇÃO? (PÁG. 3)

1975, primeiro ano de vigência do II PDA (Plano de Desenvolvimento da Amazônia, 1975/79), o que mais intensamente estimulou a expansão da fronteira econômica na região, colocando o planejamento centralizador da tecnocracia *geiselista* (com seus generosos fundos de investimento) a serviço do grande capital, o desmatamento na Amazônia estava abaixo de 35 mil km². Ou seja: ao redor de 0,8% da região, segundo o levantamento realizado em conjunto pela Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e o IBDF (Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal, antecessor do Ibama).

Apenas três anos depois, o levantamento global realizado em 1978 com imagens do primeiro dos satélites americanos da série *Landsat*, revelou que a área desflorestada se multiplicara por cinco, chegando a 152,2 mil km². Já era um alerta de impacto civilizatório, mas ineficaz em um país carente de um verdadeiro projeto de civilização. Dez anos depois, essa destruição mais do que dobrara: em 1988 já ultrapassava 377 mil km², o equivalente a 20 vezes o Projeto Jari, então a maior propriedade rural do planeta, formada pelo milionário americano Daniel Ludwig entre o Pará e o Amapá. A última atualização do Inpe se aproxima de 550 mil km², área equivalente a toda a região Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná).

Mas a área efetivamente afetada pela ação antrópica (ou do homem) vai muito além do que o registrado pelo *Landsat V*, a última das versões do satélite em que agora o Inpe se baseia. Ele não identifica alterações feitas na floresta abaixo do seu limite de alcance, que são áreas com mais de 6,25 hectares. Dá uma margem de erro pequena, mas real. O satélite americano também não é capaz de distinguir a exploração seletiva de madeira (que empobrece a mata, embora mantendo sua aparência de integridade), nem consegue fornecer imagens satisfatórias sobre os territórios do Amapá e de parte de Roraima, devido à intensa cobertura de nuvens locais.

A mais importante relativização sobre os dados quantitativos montados pela fotointerpretação, porém, decorre dos resultados de uma pesquisa liderada pela Nasa (a agência espacial americana), concluída em 1993. A equipe, chefiada pelo físico David Spole, da Universidade de New Hampshire, constatou que os

efeitos destrutivos do desmatamento na Amazônia se fazem sentir sobre uma área pelo menos duas vezes e meia superior à fisicamente atingida.

Os pesquisadores analisaram com mais detalhe um caso, o de Rondônia, para demonstrar esse efeito multiplicador do desmatamento sobre áreas contíguas. Por causa do Polonoroeste, financiado pelo Banco Mundial, a área diretamente desmatada em Rondônia representava 10% da superfície florestada do Estado, mas as repercussões negativas foram observadas em um terço de todo o território rondoniense.

Prevalendo esse princípio para toda a Amazônia, os efeitos negativos do desmatamento já se espalharam por 1,5 milhão de km² da região. Se considerados os 4 milhões de km² que o Inpe toma como parâmetro para seus cálculos, isso significa algum tipo de prejuízo para o ecossistema amazônico em quase 40% de toda a sua extensão. O Inpe, entretanto, inclui como verdadeiramente amazônica a Pré-Amazônia, zona de transição do Planalto Brasileiro (incluindo Tocantins e Maranhão). Na Amazônia Clássica (com 3,3 milhões de hectares de floresta úmida densa ou aberta), o desmatamento é de 300 mil km². Uma área menor, mas com efeitos negativos muito mais intensos do que nas regiões de cerrado ou mata fina.

Na Amazônia, como consequência do anúncio, no passado, de números tão perturbadores quanto os de fevereiro, a autorização para novos desmatamentos só pode alcançar 20% de cada imóvel (50% antes) que requer autorização do governo para as derrubadas. Mesmo considerando as situações anteriores a essa resolução, velha de um ano, tomar como parâmetro não toda a área da Amazônia (a Clássica ou a Legal), mas a legalmente possível de desmatar hoje, faria com que a dimensão do problema se tornasse dramática, explosiva. Em diversas microrregiões amazônicas – e mesmo em algumas mesorregiões –, o limite legal para pôr abaixo floresta já foi atingido, ou mesmo superado. Não havendo aí mais floresta original, o drama consiste em definir a maneira de recuperar essas áreas degradadas para uma atividade produtiva de interesse econômico.

Qualquer novo uso para a floresta amazônica que a elimine ou modifique será mais caro do que mantê-la como está, usufruindo de uma função que ela desempenha naturalmente (a fixação de carbono, atenuando o efeito estufa sobre o planeta), ou in-

vestindo em conhecimentos que permitirão, no futuro, ter dela o mais nobre dos rendimentos (incomparavelmente superiores aos atuais). O investimento na recuperação de áreas degradadas certamente absorverá muito mais capital do que o aplicado para, colocando abaixo a floresta, tentar substituí-la por pastagens, cultivos agrícolas, plantios exóticos, garimpos, minas, estradas, hidrelétricas ou cidades.

Além disso, a relação custo/benefício da esmagadora maioria desses empreendimentos é desastrosa. Segundo os cálculos do governo federal, dos 550 mil km² já desmatados, 200 mil km² estão abandonados porque os que intervieram nessas áreas não conseguiram sustentar o rendimento da terra depois da remoção da floresta e dos efeitos da nova atividade produtiva sobre o solo. O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, espera poder patrocinar a reconversão de pelo menos 100 mil km² para exploração agroflorestal. É 10 vezes mais do que a meta do pólo florestal de Carajás. Como será possível alcançá-la? De onde virá o dinheiro?

Assim, para cada três hectares que desmatou na Amazônia, o homem só conseguiu continuar usando dois. Perdeu um terço da área que ocupou produtivamente menos de duas décadas depois de tê-la ocupado (ou quem o sucedeu no local). A nova geração já não receberá como herança dos pais a mais rica floresta tropical do globo terrestre, mas uma savana de novo tipo. É um processo selvagem, absurdo.

Como, então, ele subsiste a todas as iniciativas para substituí-lo pelo tal do desenvolvimento sustentável, mais freqüente nos encontros acadêmicos do que no campo? É evidente que enquanto a Amazônia funcionar como válvula de escape para os problemas irresolvidos da parte de mais antiga ocupação do Brasil, a pressão demográfica e econômica continuará impossibilitando um processo mais ordenado, racional e mesmo sustentável de produção.

Com todas as informações técnicas e científicas à mão sobre a riqueza da biblioteca genética escondida sob essa cornucópia vegetal, o colonizador da Amazônia continua a agir como um bárbaro, destruindo em pouco tempo o que ficou guardado por séculos como um aval para o futuro de um país brindado pela natureza com esse fantástico conjunto de vida associado ao paraíso num passado cada vez mais remoto, cada vez mais doloroso no coração como na mente.

Hamlet no PMDB (ou: ser oposição?)

O deputado Bira Barbosa, ex-líder do PMDB na Assembléia Legislativa, agora 2º vice-presidente da casa, garante: na negociação que fez com o governador Almir Gabriel para apoiar a chapa situacionista de Martinho Carmona, afinal vitoriosa, o tema único da agenda foi a organização administrativa da AL para a próxima legislatura.

Negando informação publicada na edição anterior deste jornal, Bira diz que não pediu cargos, nem fez qualquer outra solicitação pessoal, para parentes ou correligionários. Admite que tem cinco familiares na administração estadual, inclusive a esposa, "mas todos ingressaram no serviço público por concurso, a maioria antes de eu ser parlamentar". Segundo ele, o que fez na negociação foi cobrar do governo compromisso com a execução das emendas parlamentares apresentadas por seu partido ao orçamento deste ano.

Bira diz ainda que foi o único interlocutor peemedebista junto ao governador por delegação de toda a bancada. Reconhece que, originalmente, sua intenção era reivindicar a 1ª secretaria, mas aceitou outros dois cargos na mesa (e mais duas presidências de comissões) como uma retribuição compatível com os oito votos dados pelo PMDB, que decidiu a eleição em favor de Carmona. Acha que essa foi uma alternativa melhor do que compor com a chapa oposicionista, tendo à frente Duciomar Costa. Lembra que em 1995 o seu partido tinha 12 deputados, que, somados aos oito do PPB, aliado na eleição para governador (com Jarbas Passarinho), davam-lhe condições de dominar a AL. Ainda assim, não conseguiu eleger Herundino Moreira presidente do legislativo.

Bira Barbosa expressa confiança na manutenção da atual bancada peemedebista, a segunda maior da AL (logo abaixo dos tucanos do PSDB), não tendo motivos para esperar defecções. Confirma a orientação de manter a bancada em uma posição que classifica como independente, não sendo governista nem oposicionista. "Apoiaremos o governo quando ele realmente beneficiar o Estado", diz.

Tais declarações, aqui abrigadas em respeito ao direito de resposta do parlamentar, não são suficientes, entretanto, para esgotar o dilema que o PMDB enfrenta atualmente. O partido vive ainda a ressaca pós-eleitoral de mais uma derrota majoritária, desta vez com o melhor dos seus candidatos, o senador Jader Barbalho, que é também o presidente regional do partido (além de seu maior dirigente nacional).

Pessoalmente, Jader nem endossou e nem aprovou a iniciativa de Bira Barbosa, muito menos os resultados alcançados. Como nada tinha a oferecer aos correligionários para imu-

nizá-los contra a sedução do governo, com seus favores e cargos (ainda que não solicitados, como diz o deputado), simplesmente liberou a bancada. Não é boa estratégia para quem já começou sua campanha visando o governo em 2002, mas é uma atitude realista. Impor uma unidade a partir de Brasília seria precipitar uma sangria no PMDB paraense: alguns parlamentares estão buscando apenas um pretexto para pular para a nau do governador.

Como está, a posição do PMDB na AL enfraquece os planos de Jader de estruturar o partido para as eleições municipais do próximo ano. Se quiser disputar o governo em melhores condições do que as do ano passado, ele vai precisar contar com o máximo possível de prefeitos. Nesse horizonte, é peça fundamental, se não uma vitória, pelo menos um bom desempenho em Belém, onde vem se firmando uma tradição de rejeição ao PMDB jaderista.

O senador vai precisar oferecer, aos políticos interioranos, o que não pôde apresentar aos deputados: provas de que ainda tem poder junto ao governo federal, podendo compensar, ao menos em parte, os benefícios da máquina oficial do Estado. Jader também vai precisar definir seu perfil pessoal. Se continuar dando prioridade à sua carreira federal, mantendo-se mais tempo em Brasília e ampliando suas ligações nacionais, o preço será inviabilizar sua candidatura ao governo e tornar mais difícil a própria reeleição para o senado. O PMDB será reduzido a um tamanho liliputeano até a campanha do ano 2000.

Já às vésperas da eleição do ano passado, Jader foi obrigado a reconhecer sua parcela de culpa na delicada situação em que se viu envolvido, sofrendo a primeira derrota eleitoral de toda a sua carreira. Ele admitiu que a atitude ambígua do PMDB, mantida até a undécima hora da disputa, na maioria das vezes apoiando totalmente os atos do governo, fortaleceu Almir Gabriel. Esse erro decorreu tanto do fisiologismo da bancada quanto do oportunismo de Jader.

Interessado em manter-se em Brasília, ele partilhou da convicção do governador, mesmo que apenas intimamente, de que acabariam fechando um acordo. Quando essa hipótese se revelou impossível, já estava na condição do avião que avança demasiadamente na pista para ainda poder decolar com sucesso, mas frear não impedirá o aparelho de se acidentar. Nem sobe, nem evita a colisão.

O PMDB está começando exatamente da mesma maneira como se comportou na abertura do primeiro mandato de Almir Gabriel. Jader deve ter ciência dos efeitos negativos da repetição do erro, já que uma atitude combatente

de oposição é sua melhor (embora onerosa) atitude até a eleição de 2002, mas está sem força para impedi-lo. Só poderá evitá-lo se voltar a tomar o Pará como base e se definir, o mais breve possível, uma estratégia eleitoral para o PMDB em todo o Estado, não como um clube de (aliás, falsos) escoteiros, mas como um partido com o mapa de acesso ao poder.

O primeiro desafio é pessoalmente desagradável ao líder do PMDB no Senado, ultimamente mais envolvido com Brasília e Fortaleza do que com Belém. Mas ele sempre disse que estava consciente de erro semelhante cometido por seu ex-aliado Jarbas Passarinho, unanimidade na capital federal, mas progressivamente erodido no seu manancial de votos na província. A tentação de ser personalidade nacional é como um canto de sereia para político sem outra alternativa de votos que não os prosaicos currais do sertão (já que voto não é maná, mandado dos céus). A queda poderá ser tão fulminante quanto a ascensão.

O outro desafio consiste em encontrar um nome capaz de disputar com dignidade a eleição na capital. O único disponível no momento é o da deputada Elcione Barbalho, marcada pela fragorosa derrota de 1992, pela redução do total de votos obtidos para a Câmara Federal, por problemas pessoais ainda não integralmente resolvidos e por uma aversão íntima por disputa majoritária. Estes elementos desfavoráveis poderão ser superados? Mesmo sem ela, o PMDB encontrará em seus quadros outro nome de densidade? Ou, mais uma vez, terá que aceitar alianças que lhe chegam com o nome do cabeça de chapa já preenchido?

Ainda haveria lugar para hipótese ainda menos crível: a reconciliação entre Jader e Almir? Um observador político, raciocinando em abstrato, imagina que ambos poderiam apoiar o vice-governador Hildegardo Nunes para a prefeitura de Belém no próximo ano e subir ao mesmo palanque em 2002, Jader candidato ao governo e Almir ao senado, apostando na desmemória coletiva e nas vantagens de combinar suas forças para enfraquecer as dos adversários. Hoje, essa hipótese é impensável, principalmente por subordinar o senador ao governador, mas quem pode garantir alguma coisa nessa política invertida que se pratica no Pará?

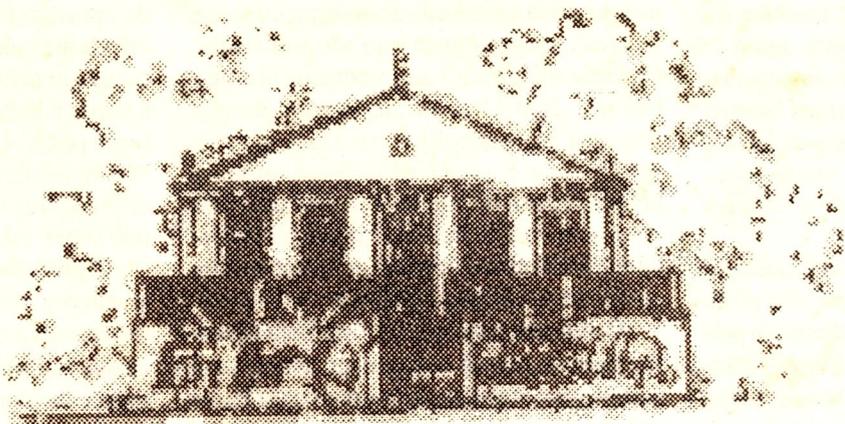
São algumas das angustiantes perguntas que o PMDB como um todo e o seu principal líder, especificamente, terão que responder, sem muito tempo para tentar o ensaio e erro sugerido pela resposta do deputado Bira Barbosa, cujo desmentido requer fatos futuros para maturar. Com todo o respeito, uma cética aceitação é uma postura metodológica mais recomendável. A bolsa das apostas está em alta.

Museu: em busca de novos caminhos

A história de 132 anos do Museu Paraense Emílio Goeldi registra neste ano uma novidade: pela primeira vez seus funcionários estão sendo consultados sobre a escolha dos novos dirigentes da instituição. Um debate entre três dos cinco candidatos assumidos (um estava fora do Estado e outro preferiu não comparecer), no último dia 18, e uma eleição, convocada para este dia 2, assinalam a intenção da comunidade do MPEG de abandonar a postura passiva até então mantida diante dos destinos da mais antiga instituição de pesquisa científica do Norte do país, e também de se abrir para o público. O caminho até uma auto-gestão, que arrematária esse processo participativo, entretanto, ainda é um sonho.

Na prática, tudo continua sem mudança. Quem vai formar a lista triplíce a ser submetida a Brasília é o Conselho Técnico Científico, podendo ou não incorporar os nomes votados. Já o ministro da Ciência e Tecnologia, Bresser Pereira, dono absoluto da palavra final, querendo, poderá ignorar todos os nomes apresentados e optar por indicação unilateral, de cima para baixo. Mas já não tem sido esta a regra. As instituições estão alargando a base de consulta, até mesmo ultrapassando os próprios muros para permitir a candidatos externos pleitear suas candidaturas com base em bons currículos.

O maior desafio do Goeldi, aliás, é exatamente vencer uma tendência ao retraimento (e a uma falsa auto-suficiência), que o faz colocar-se numa redoma de vidro ou numa tor-



re de marfim. Esse desafio impõe duas condições: ser capaz de internalizar-se, como elo vital de uma Amazônia carente de ciência básica, e dar consistência a um padrão internacional de excelência científica, que o habilite como interlocutor da comunidade científica de todo o mundo. Uma condição requer inserção regional, expressão mais usada como decoração retórica do que como ferramenta de trabalho. A outra, uma competência internacional, que preserve os interesses nacionais e regionais no jogo das absorções e influências.

O Museu tem permanecido à margem da angustiante busca regional por conhecimento e saber, pouco contribuindo para a aproximação entre ciência e empirismo. Esse distanciamento é justamente uma das causas do irracionalismo marcante no processo de ocupação da Amazônia. Mas também tem faltado consistência, qualidade e assiduidade à produção científica do Museu, capaz de dar-lhe a indiscutível e necessária credencial como legítimo porta-voz científico da região.

Escorar o MPEG na sua tradição mais do que centenária é uma tentação fácil, mas a história da instituição mostra que a fama está enterrada no passado (o que é bom), mas não pode viver só dele (o que os momen-

tos de crise cíclica sempre revelaram). O Museu necessita de uma profunda e urgente reforma, de um plano inteligente e de pessoas capazes de colocá-lo em prática. A bela redoma que lhe serve de moldura pode sufocá-lo se tudo continuar no faz-

de-conta e na acomodação.

Todos deveríamos nos perguntar se o MPEG continuará a ser paraense apenas no nome. Se o governo estadual permanecerá indiferente ao precioso patrimônio que cedeu em comodato à administração federal, na década de 50, quando desobrigou-se de custear o que excedia a capacidade dos seus recursos.

O mínimo que se deveria esperar dessa relação era que o governo se interessasse em participar das decisões (e até da remodelação jurídica da instituição, tirando-a da camisa-de-força em que foi colocada) e partilhar das dificuldades, solidarizando-se na gestão (e também nos encargos financeiros), de tal maneira a reintroduzir o Museu na vida paraense (a dúvida consiste agora em indagar se tal provocação é desejável, num momento em que o governo do Estado líquida, a mão cirúrgica, sua principal instituição de pesquisa, o Idesp; não seria melhor deixar o monstro – ou o médico? – desatento?).

A questão não afeta apenas o governo diretamente: diz respeito à própria população paraense. Ou o Museu é de fato nosso, ou é, no Pará, apenas um acidente de localização. Tanto o Museu pode ajudar a coletividade a ter mais consciência da função essencial da ciência na definição de melhores rumos para a região,

como a população pode obrigar o Museu a ouvir-lhe os clamores, que impossibilitam um cientista de apenas fazer ciência, desinteressado do seu dever na difusão do conhecimento.

Ao contrário do que pode parecer, a resolução desses desafios não requer populismo científico, embora exija atenção política (finalmente, no debate do dia 18, um candidato tocou publicamente na questão). Requer, antes de tudo, a melhor das ciências, sem a qual não se poderá recuperar o tempo perdido e as riquezas destruídas no avanço (sem um acompanhamento significativo do saber militante) das frentes econômicas. Um levantamento realizado por um dos candidatos ao cargo de diretor mostrou que a busca da excelência científica ainda não se traduz na produção científica da instituição, acanhada para a amplitude das tarefas que a Amazônia contemporânea nos exige e a comunidade internacional cobra.

Alcance tão vasto que o Museu não pode mais esperar apenas por seu ajuste institucional (passando do CNPQ para o Ministério da Ciência e da Tecnologia) ou pelo pinga-pinga de verbas num orçamento nacional incapaz de ajustar suas rubricas às inovações do desafio amazônico, cedendo-lhe tão somente o resíduo dos recursos. O Museu tem que internacionalizar-se, não no sentido de servir de abrigo, covil ou biombo para pesquisadores e instituições de outros países, com seus próprios interesses impermeáveis às demandas locais, como às vezes ocorre, mas para funcionar como chamariz para os melhores homens da ciência em todo o mundo, todos, de alguma maneira, tocados pela sedução da Amazônia. O Museu tem que voltar a ser grande, não só na auto-estima, por vezes impropriamente inflada, estendendo raízes tanto para o vasto *hinterland* como para o mundo. Estando à altura dos domínios da natureza e do homem colocados no âmbito da sua jurisdição, mas não tanto ao alcance de sua ação.

Reverência paroquial

Acompanho *O Estado de S. Paulo* há 34 anos, metade desse período como funcionário da empresa (da qual saí em 1988). Nunca vi Júlio de Mesquita Neto, o responsável pelo jornal em grande parte desses anos, registrar as centenas (ou milhares) de votos de parabéns que recebia a cada aniversário. O registro mais ostensivamente pessoal que se permitiu foi do título de *Pena de Ouro*, que recebeu (da Sociedade Interamericana de Imprensa? Não lembro mais). Até as visitas na redação foram progressivamente restringidas no noticiário, indicando a evolução da *desprovincianização* do jornal. Quando inevitáveis, dispensava-se a foto infável.

O Liberal do dia 23 publicou 51 mensagens de felicitações pelo aniversário de Romulo Maiorana Júnior, principal executivo da empresa, ocorrido 11 dias antes. O atraso já recomenda mal o jornal, incapaz de cumprir a agenda de atualidade e oportunidade da imprensa, requisito mínimo para ser encarado como empreendimento jornalístico. É possível que *Rominho* só se tenha apercebido de que seu aniversário poderia ser notícia

pela lembrança de algum vassalo da corte, mais realista do que o rei.

Alguns desses áulicos chegaram a assinar duas mensagens ao nataliciante. O jornalista Carlos Leal (*quid?*) decidiu saudar em versos de rima paupérrima o homenageado. A vice-prefeita Ana Júlia Carepa *aloprou*, talvez inebriada pela competição *inter pares* que trava com o companheiro Edmilson Rodrigues. Em linguagem própria, proclamou em sua mensagem: “A palavra que mais tem sinônimo de Romulo Maiorana é liderança, Romulo Maiorana significa liderança, no sentido literal. Desejo-lhe sempre saúde, para continuar chefiando o Estado”, escreveu, fazendo acompanhar seu texto um “forte abraço”.

Quem, para o bem ou para o mal, continua a chefiar o Estado do Pará por delegação do povo, a única capaz de conferir esse poder num regime político de sanidade, o governador Almir Gabriel, conseguiu ser um pouco mais sóbrio do que a combativa camarada petista. Ainda assim, afogado pela onda de hipérbolos que adornaram a curul editorial do querido chefe.

Nosso francês

Quando o garimpo de Serra Pelada estava no auge da fama, em 1980, um jornalista italiano bateu à minha porta num meio de manhã de sábado. Conversamos até o fim da tarde. Passei-lhe tudo o que sabia sobre os domínios do então major Curió. Quando o colega se despedia, perguntei-lhe quando iria para o garimpo. “Não vou”, respondeu-me. “Pego o avião de volta ao Rio de Janeiro daqui a pouco”, me informou com a cara mais limpa.

Desde então passei a receber missões estrangeiras com reserva, mesmo as individuais. Com esse pé atrás abri a porta para o francês Gerard Prost, que me procurou pedindo-me para dar uma olhada num texto que escrevera sobre a ocupação da Amazônia. Gerard, entretanto, logo escancarou essa fresta com seu estilo calmo e seguro, com sua dedicação ao tema e com sua produtivida-

de. Trocamos idéias enquanto ele preparava um livro sobre a história do Pará, tocado pela clamorosa lacuna existente na raquítica bibliografia disponível.

O primeiro volume saiu. O segundo ainda transita pela burocracia estadual. Mas Gerard já não poderá apreciar sua cuidadosa obra: uma fulminante parada cardíaca tirou-lhe a vida quando ele fazia um “sonhado cruzeiro fluvial” pelo Alto Nilo, segundo sua viúva, Maria Theresza. Só algo assim, súbito e incontornável, tiraria Gerard das joviais tarefas que se impunha, do alto de 71 anos insuspeitados. A terra prestaria uma justa homenagem a um estrangeiro que tão bem – embora brevemente – a serviu, editando o livro com que ele remiu um pecado acabrunhante dos paraenses diante de sua própria história.

Memória eterna para Gerard Prost. Que a merece.

Ato de raiva

A extinção do Idesp deixou de ser um procedimento administrativo normal. Passou a ser um ato de selvageria do governador Almir Gabriel, que enodou o seu segundo mandato. O governador ainda não mandou para a Assembleia Legislativa a mensagem com a extinção do Instituto do Desenvolvimento Econômico e Social do Pará, mas decidiu imediatamente remanejar todos os seus funcionários, espalhando-os numa diáspora pontilhada de situações deprimentes, e acabou com o acervo do órgão vítima.

Houve uma cena patética quando uma pessoa encarregada e alguns auxiliares chegaram ao prédio do Idesp, na avenida Nazaré, para levar a biblioteca. Pensavam que eram apenas algumas centenas de volumes e que esse rico acervo, incluindo dezenas de milhares de documentos, periódicos e livros poderia ser levado como uma car-

rada de areia. Acabou prevalecendo um mínimo de bom senso e o transporte foi adiado para outro dia.

Qualquer pessoa medianamente sensata, entretanto, sabe qual o dano que uma biblioteca sofre ao ser mudada de instalação. A do Idesp estava num ponto central, tinha tradição, estava organizada e era valiosa. Mesmo que seja preservada integralmente em um novo local, continuará íntegra? Voltará a ser recomposta? Quando estará novamente disponível para consulta? Vai servir a quem?

O pior ficou reservado para o quadro funcional do instituto. A necessidade de reunir todos os servidores para em seguida dar-lhes outro rumo permitiu verificar quanta gente do Idesp estava em outros órgãos, alguns deles com ônus para o próprio instituto, que perdia o funcionário e ainda era obrigado a pagá-lo para trabalhar em outro lugar. Essa deve ter sido uma das distorções usadas como pretext-

to pelos que investiram contra o Idesp. Ao invés de corrigirem o erro, mataram quem dele padecia.

Sabendo que seu ato é temerário e insubsistente, o governador decidiu-lhe dar-lhe a feição de fato acabado, lançando uma bomba neutra contra a sede do Idesp (esse tipo de bomba, como se sabe, só preserva a estrutura física). Assim, os deputados, quando forem chamados a apreciar o ato, terão que realisticamente se curvar a ele. Mas se, numa atitude de resistência e insubmissão diante do puro arbítrio, que até agora nenhum segmento da sociedade civil teve, o legislativo rejeitar a iniciativa do executivo, como ficará a situação? Todos os atos serão revistos, com o ônus inerente? Ou o que começou como pura raiva, raivosamente será mantido?

Neste episódio, a administração Almir Gabriel desceu mais um patamar da escada do descrédito.

O Pará parado

A imprensa divulgou com grande estardalhaço: o Pará está em terceiro lugar entre os Estados brasileiros que mais receberão investimentos em infra-estrutura até o ano 2003, abaixo apenas de São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo levantamento feito pela Abdib (Associação Brasileira de Infra-estrutura e Indústrias de Base), no Pará serão aplicados o equivalente a 19,8 bilhões de dólares, contra US\$ 50,2 bilhões em São Paulo e US\$ 34,9 bilhões no Rio de Janeiro, os únicos Estados em posição superior. Logo abaixo ficaram Minas Gerais (US\$ 17,7 bilhões) e Rio Grande do Sul (17,6). O Espírito Santo, que tem o perfil mais próximo do paraense, só terá direito a US\$ 3,8 bilhões, no 13º lugar. Para o Ceará, 12º, estão previstos US\$ 5,1 bilhões.

No Brasil inteiro, de acordo com a Abdib, as aplicações de capital somarão US\$ 225 bilhões até 2003. A participação percentual do Pará é de mais de 8% no conjunto do país, concentrando os investimentos que se-

rão feitos em todo o Norte (US\$ 32,5 bilhões), também o terceiro no *ranking* nacional por regiões. São números excepcionalmente elevados, reforçando a confiança no futuro do Estado. Mas a interpretação está correta?

Infelizmente a imprensa se limitou a repassar um *press-release* recebido da Abdib. Se fosse apurar melhor, como seria seu dever, verificaria que esse panorama favorável precisa ser relativizado. Dos US\$ 19,8 bilhões previstos para o Pará, US\$ 15,8 bilhões são destinados ao setor de energia elétrica. Não foi possível saber se essa previsão computa a duplicação da hidrelétrica de Tucuruí e o início da construção da usina do Belo Monte, no Xingu. Nesse caso, o investimento terá pouco efeito multiplicador no Pará. Seus principais efeitos serão sentidos fora do Estado, pelos consumidores da energia bruta que para eles será transferida, consolidando nossa função colonial de província energética.

O outro setor privilegiado é o de mineração, com US\$ 2,8 bilhões, incluindo, provavelmente, o Projeto Salobo. Mineração mais energia elétrica ficam, portanto, com US\$ 18,6 bilhões dos US\$ 19,8 bilhões calculados pela Abdib, distribuindo-se as migalhas restantes entre transporte e portos (US\$ 437 milhões), petróleo e gás (US\$ 380 milhões), papel e celulose (US\$ 236 milhões) e saneamento (US\$ 180 milhões). Atenção para o detalhe que a previsão considera investimentos iniciados em 1997, que irão até 2003, numa duração de sete anos.

Tal previsão de investimentos em infra-estrutura e indústrias de base perpetua, ao invés de eliminar, o modelo de enclave imposto ao Pará pelos grandes projetos. Vai continuar o paradoxo de um Estado potencialmente tão rico continuar a ser efetivamente tão pobre. O resto é fogo de artifício. O rebate de comemoração é, rigorosamente, falso. Infelizmente.

Linguagem cifrada

O grupo Liberal não aceita uma redução da verba publicitária estadual. Este é o recado enviado subliminarmente por uma iniciante mudança editorial no jornal *O Liberal* para ser captado pelo governador Almir Gabriel. Uma nota do *Reporter 70*, insólita para o padrão de adesão incondicional mantido até então, observou no dia 19:

“Caladinho, caladinho, o Governo do Pará está batendo o de Itamar Franco na moratória. Em Minas, o prazo de suspensão dos pagamentos é de 90 dias. Aqui, pequenas, médias e *algumas* grandes empresas já vão para 120 dias sem ver a cor do dinheiro estadual.

Só na Secretaria de Transportes, em que muitas obras foram executadas mas não empenhadas, a dívida pode chegar a R\$ 100 milhões”.

Realmente, a Setran deixou de empenhar alguns serviços, contratados e até executados, mas o débito não iria além de metade do valor citado pelo jornal (esta teria sido uma das causas da queda de Amaro Klautau, remanejado para a nascente e inferiorizada Secretaria de Esportes por Ter comprometido imoderadamente recursos estaduais). Não seria procedente uma interpretação dada à nota, de que defende os

interesses da Estacon, a construtora (uma das “*algumas* grandes empresas”) de Luftfalla Bitar, sogro de Ronaldo Maiorana, uma das credoras da Setran.

Na verdade, a nota é um protesto contra a retração da verba publicitária do governo do Estado. Desde julho os veículos das Organizações Romulo Maiorana estão faturando bem menos do que pretendiam e conseguiram no primeiro semestre do ano passado. Nesse período praticamente foram gastos todos os 9 milhões de reais que estavam previstos para o ano inteiro. Por força da legislação eleitoral, o governo teria que suspender a publicidade oficial a partir de julho de 1998, motivando a decisão de utilizar todo o orçamento no semestre desimpedido.

Desde o 2º turno da eleição houve pouca veiculação de anúncios. A dieta atingiu principalmente a TV Liberal, que continua exibindo propaganda institucional (os filmes em exibição promovem o turismo interno), mas não cobra porque, como contrapartida do convênio com a Funtelpa (Fundação de Telecomunicações do Pará), a emissora tem que ceder ao governo 20 minutos mensais no horário nobre.

As vacas magras, que se prolongaram pelo período pós-eleitoral em função da

conjuntura econômica nacional desfavorável, repercutindo sobre todos os Estados, pegaram o grupo Liberal no contrapé, com problemas de fluxo de caixa, amortização de dívida em dólar e um plano grandioso de Romulo Maiorana Jr. de investir R\$ 36 milhões num centro hoteleiro e de convenções em grande terreno da avenida Pedro Álvares Cabral.

O teste de força virá nos próximos dias, se outras notas brotarem das páginas de *O Liberal*, como se o jornal tivesse subitamente redespertado para o jornalismo, mantido no freezer sempre que o cofre registra barulho sonante na intensidade exigida pela casa do parceiro ou aliado, mas que é requeitado – à moda, naturalmente – quando a registradora não soa como requer o grupo. Mesmo que ele continue a desfrutar do leonino contrato de cinco anos com a Funtelpa, garantindo-lhe o usufruto da rede pública de transmissão de imagens pelo interior do Estado, para os Maiorana parece só estar em vigor uma regra: a que eles criam (e recriam) em seu próprio benefício.

O doutor Almir pode vir a experimentar do veneno que ajudou a criar (embora *Rominho* insista em que o criador é ele e não o doutor Almir).

Energia de poucos

Os santarenos tinham seus motivos para comemorar, neste final de semana, a chegada da energia da hidrelétrica de Tucuruí à sede municipal, a segunda maior cidade do Pará. Graças a ela, sonhar com o fim dos racionamentos de energia ou do simples blecaute deixa de ser puro delírio. Chega ao fim um longo período de sofrimentos, que fez o governador Almir Gabriel sofrer ali sua principal derrota na eleição do ano passado. Mas a que preço?

Para o Oeste do Pará (primeiro foi Altamira, agora será a vez de Itaituba), estão sendo investidos 240 milhões de reais numa linha de transmissão com mil quilômetros de extensão e em nove subestações. Esse valor equivale ao do programa de macrodrenagem das baixadas

de Belém. As sedes municipais serão poupadas dos tormentos da insuficiência ou inexistência pura e simples de energia. Mas a esmagadora maioria da população espalhada ao longo do percurso do linhão (chamado de Tramoeste) continuará às escuras.

Dos 20 milhões de brasileiros que se encontram nessa condição primitiva, segundo levantamento do próprio Ministério das Minas e Energia, 3,6 milhões vivem no Pará. Ou seja: quase 20% da população rural brasileira privada de eletricidade está no Pará, Estado que só abriga 4% de toda a população nacional. Além de grande parte da energia gerada em território paraense ser transferida para fora dos seus limites ou entesourada por enormes consumidores que pouco interferem na multiplicação da riqueza (e menos ainda na sua distribuição), as linhas que atravessam o Pará estão fora do alcance de quase 2/3 dos seus habitantes, que não dispõem de subestações para

rebaixar a tensão da transmissão, alta demais para a eletrificação rural.

A situação é vexaminosa, ultrajante. Mesmo quando o governo (no caso, mais o federal do que o Estadual) executa uma obra que vai atender importante demanda social, como o Tramoeste, sua ação é irracional, à base de desperdício e concentração de benefício. Se a Celpa privatizada tivesse que devolver o dinheiro público utilizado nessa linha de transmissão, por quanto sairia o kw? Por quanto sairá mesmo se o cálculo for rigoroso?

A matriz energética brasileira, e especificamente a amazônica, está falida. Custa muito caro, tem margem de desperdício enorme e uma relação desbalanceada entre custo e benefício. Sobrevive de uma estrutura viciada no grande aproveitamento hidrelétrico, que hostiliza outras alternativas de geração. Como modificar essa situação exige muito, prefere-se a solução convencional, apesar de cara e concentradora. Continuará por quanto tempo mais?

estilo

Interesse público

■ Com dois meses de atraso, a Secretaria Executiva de Cultura republicou, no Diário Oficial do dia 10 de fevereiro, um extrato de termo aditivo que saiu com incorreções a 10 de dezembro do ano passado. Apenas corrigiu o valor do contrato, que seria de R\$ 25.680,00, mas que é, na realidade, de R\$ 24.960,00. No caso, deveria

ter republicado na íntegra o aditivo.

A secretaria, aliás, não se dá ao trabalho de fazer referência a aditivos anteriores ao publicar novo aditamento contratual, descumprindo norma do Tribunal de Contas do Estado. *Too bad*, como diria Romulo Maiorana. A Secretaria de Saúde dá o mesmo cochilo na edição do DO do dia 10.

Questão de aspas

Muito repórter da revista *Veja* sai da redação para cobrir fatos com a compulsão das aspas, uma norma editorial que se transformou numa síndrome. A exigência das aspas significa que a revista não publica matérias que não contêm declarações de seus personagens. A norma dá vivacidade aos textos jornalísticos. Mas, ao se tornar uma compulsão obsessiva, deixa os repórteres a um passo da levandade. Muitos ultrapassaram o limite ético. Poucos foram descobertos.

O caso mais célebre está em curso desde o início do mês passado, quando um personagem, Alex Ferreira Nacfur, acusou a revista de ter colocado em sua boca frase que não disse. A editoria da revista admitiu a impropriedade, mas a atribuiu a uma incorreção técnica de edição, o que deve ser verdade. O incidente, que acabou na polícia, envolvendo montagem de frase e também de foto, é um bom momento para *Veja* recalibrar seus controles e orientações antes de perder mais credibilidade.

A aspa, como a crase, não foi feita para humilhar ninguém. Nem para abonar irresponsabilidade.

Buraco

Mauricinho Coelho de Souza, um amigo do peito, vive há um mês um drama pessoal: caiu num imenso buraco na avenida Governador Magalhães Barata, em frente ao Parque da Residência. Quebrou o braço em dois pontos e perdeu o controle sobre uma das mãos. Segundo as previsões médicas, vai levar mais quatro meses para se recuperar. Mas será integralmente? Sensibilizado com o drama que ele está vivendo, abalado emocionalmente, faço este registro para reforçar o compromisso da administração municipal com seus contribuintes.

Não sei se Mauricinho irá processar a prefeitura pelos danos sofridos. Deveria. Independentemente disso, é preciso prevenir acidentes lamentáveis como esse, proporcionados por buracos que se abrem e se mantêm como se fossem detalhes irrelevantes na vida da cidade. Quando um acidente mais grave acontece, nos apercebemos de como estão baixas nossas expectativas e tímidas nossas exigências. Depois, tudo continua como estava antes. Mas o padrão de vida em Belém se rebaixa.

Se no centro é assim, imagine-se nos subúrbios, tomados – em ordem de importância – por ratos, urubus, cachorros e pombos, em parte alimentados pela sujeira crescente, em parte pela imprevidência da maioria. A culpa, evidentemente, não é só da prefeitura. A população de habituou à falta de higiene, originada na ação insuficiente do poder público e desenvolvida, a partir daí, num ciclo vicioso de causa e efeito. Mas sempre é boa e oportuna a hora de reverter esse quadro.

Enquanto isso, Mauricinho, a solidariedade deste nanico.

Quem decide?

Uma dúvida – digamos assim – gnoseológica tomou conta do mercado: é possível escrever memórias sem ter que lê-las?

Se for, logo teremos um surpreendente novo livro na praça.

Landi (ou dândi)?

Extasiado durante a sua última inspeção à Estação das Docas, que espande com sua estufa envidraçada e refrigerada à margem da baía de Guajará, o governador Almir Gabriel não poupou adjetivo no elogio ao inspirador da obra:

□ O Paulo Chaves é o novo Landi do Pará – exclamou sua excelência.

O velho Landi, nesse instante, morria pela segunda vez no túmulo.

Cearense

Do alto dos seus 91 anos bem lúcidos, Jocelyn Brasil está distribuindo entre os amigos o folheto *Memorial de um Cearense Enjeitado*. Tem um único propósito: “Eu quero ser cearense e não deixam, não deixam, não deixam... Por quê? Não sei”, constata Jocelyn no seu libreto, como sempre bem humorado. Se os cearenses não se apercebem de alguém como Jocelyn, então o reexportem para o Pará, que o receberá de braços abertos, como sempre. Ao menos por respeito ao patrimônio de tanta vida (e tantas vidas) de um homem caminhando lépido para o centenário, o Ceará deveria ser mais atento.

Advertência

Esta edição foi fechada aos tapas pelo seu redator solitário em meio a um súbito problema de saúde, forte mas não grave, exceto para obrigá-lo a pedir desculpas prévias ao leitor por eventuais falhas e por algumas pautas necessárias não terem sido cumpridas. Desde já, aliás, atribui todos os erros ao miasma, tirando o corpo fora (ou o que resta dele), penhorado pela compreensão.

Toponímia

Kosovo, Xexenia, Xanana: a geopolítica internacional está cada vez mais erotizada. Para nosso orgulho, na velha língua de Camões.

Jornal Pessoal

Editor: Lúcio Flávio Pinto

Sede: Passagem Bolonha, 60-B • 053-040

Fones: 223-1929 (fone-fax) e 241-7626 (fax)

Contato: Tv Benjamin Constant 845/203/66.053-040

Fone: 223-7690 • e-mail: jornal@amazon.com.br

Edição de Arte: Luiz Antonio de Faria Pinto/230-1304